

*Título:* Reflexões sobre a Vaidade dos Homens  
e Carta sobre a Fortuna  
2.<sup>a</sup> edição, revista

*Autor:* Matias Aires

*Edição:* Imprensa Nacional-Casa da Moeda

*Concepção gráfica:* Departamento Editorial da INCM

*Tiragem:* 800 exemplares

*Data de impressão:* Março de 2005

*ISBN:* 972-27-1366-3

*Depósito legal:* 222 939/05

## ÍNDICE

<i>Matias Aires: uma introdução ao pensador e ao seu pensamento,</i> por ANTÓNIO PEDRO MESQUITA .....	9
Critério de fixação do texto .....	29
REFLEXÕES SOBRE A VAIDADE DOS HOMENS .....	31
Índice temático .....	189
CARTA SOBRE A FORTUNA .....	191

## APÊNDICE

<i>O homem e o seu tempo,</i> por VIOLETA CRESPO FIGUEIREDO .....	217
<i>Reflexões sobre as «Reflexões»,</i> por JACINTO DO PRADO COELHO .....	259
Bibliografia .....	279

## MATIAS AIRES: UMA INTRODUÇÃO AO PENSADOR E AO SEU PENSAMENTO \*

### 1 UMA PERPLEXIDADE INICIAL

*Por motivos difíceis de descortinar, Matias Aires tem sido muito pouco lido.*

*Pior, algumas das leituras que sobre ele se têm interessado parecem irresistivelmente atraídas pela tendência para o embalsamar sob lugares-comuns, reduzindo até à inanidade o que nele é fôlego, vigor e vitalidade.*

*Analista da vaidade, torna-se então um crítico da sociedade do seu tempo e das suas principais figuras: o nobre, o militar, o clérigo, o lente, o magistrado, etc.*

*Crítico do privilégio e apologista dos princípios emergentes das Luzes, torna-se um exemplo a somar aos adeptos contemporâneos do despotismo esclarecido ou mesmo aos pioneiros encobertos do ideário liberal.*

*Cáustico dos valores predominantes e das virtudes reconhecidas pela maioria, torna-se um censor da moral da sua época.*

---

\* O presente texto recupera, com as necessárias adaptações, amplo material dos capítulos introdutórios do nosso estudo *Homem, Sociedade e Comunidade Política. O Pensamento Filosófico de Matias Aires (1705-1763)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

*Ora a verdade é que Matias Aires é bem mais e bem melhor do que isto.*

*Ele não é um crítico da moral da sua época: é um crítico da moral, sem adjectivação.*

*Ele não é prima facies um amotinador da estrutura política coeva ou mesmo um precursor de opções políticas vindouras: é um pensador político e um pensador da política como ordem especificamente humana.*

*Ele não é um observador da sociedade, nem aliás a sociedade, nesta versão frívola e exterior, lhe podia interessar, mas um perscrutador da natureza humana, também na sua dimensão social.*

*Numa palavra: Matias Aires é um filósofo. E só por isto, a saber, por não se confinar ao papel de amador literato e diletante em que seria tentador transformá-lo, é um filósofo.*

*Mas Matias Aires é ainda alguma coisa para além disto: é indiscutivelmente um dos grandes momentos da prosa portuguesa de todos os tempos, dir-se-ia mesmo um dos grandes momentos da prosa barroca em língua portuguesa de todos os tempos.*

*Acompanhar o pensamento do filósofo, experimentando ao mesmo tempo em toda a sua expressividade a pujança do escritor, eis o desafio a que nos convidam estas Reflexões sobre a Vaidade dos Homens.*

## 2

### **ETAPAS DE UMA BIOGRAFIA ACIDENTADA**

*Matias Aires Ramos da Silva de Eça*<sup>1</sup> nasceu em São Paulo no ano de 1705, filho de um emigrante minhoto de origens muito humildes que,

---

<sup>1</sup> O nome de Matias Aires sofre uma assinalável variação ao longo da vida, desde o inicial *Matias Aires Joseph da Silva* com que integra a Academia dos Aplicados ou o *Matias Aires Ramos da Silva* que figura no requerimento do hábito de Cristo até ao que consta no testamento: *Matias Aires Ramos da Silva e Eça*; consagramos aqui aquele com que assina as suas obras. Para a fixação da biografia deste autor, seguimos predominantemente o estudo de Violeta Crespo Figueiredo «O homem e o seu tempo», um dos prefácios da edição de 1980 da presente obra, aqui reproduzido a p. 217.

de criado de servir e mercador «de loja aberta»<sup>2</sup>, se havia tornado próspero homem de negócios no Brasil.

Em 1716, parte para Lisboa, acompanhando o regresso da família à metrópole, enquanto as duas irmãs ingressam num convento, na perspectiva de virem a professar, deixando assim intacta a herança para o filho varão.

A deslocação para a capital parece ter sido movida pelo desejo de nobilitação que animava o pai de Matias Aires, como último passo no seu bem sucedido processo de ascensão social. E, com efeito, após dois indeferimentos por «impedimentos e falta de qualidade»<sup>3</sup>, José Ramos da Silva consegue obter em 1721 o hábito de Cristo, comprando no ano seguinte o prestigiado e bem remunerado cargo de provedor da Casa da Moeda.

No mesmo ano, Matias Aires ingressa no curso de Direito da Universidade de Coimbra, de que vem a sair bacharel em 1723, altura em que abandona os estudos, trocando-os pela frequência dos ambientes literários da capital, onde o vemos integrar, com apenas 18 anos, a Academia dos Aplicados, em que pontificava Frei Manuel do Cenáculo.

Em 1727, dá-se, contudo, uma primeira inflexão na fortuna de Matias Aires: é-lhe decretada sentença de degredo por quatro anos no couto de Castro Marim por haver golpeado uma escrava, pena de que, no entanto, vem a ser perdoado nesse mesmo ano por D. João V. Por essa época, o processo que havia interposto junto da Mesa da Consciência e Ordens para habilitação ao hábito de Cristo é indeferido, vindo todavia a alcançá-lo algum tempo depois, em 1729.

No momento em que o recebe, havia já partido em viagem pela Europa, onde se demora até 1733. Dedicar-se então à aprendizagem de grego e hebraico, que inicia em Baiona, onde tem por anfitrião o infante D. Manuel, e, já em Paris, entrega-se ao estudo das ciências exactas, em especial a matemática, a física e a química experimental, cujo conhecimento adquire junto dos mais reputados mestres da época e que continuará a praticar até ao fim da vida<sup>4</sup>. E é nesta última cidade, onde per-

---

<sup>2</sup> Cf. Ernesto Ennes, *Um Paulista Insigne: Dr. Matias Aires Ramos da Silva de Eça. Contribuição para o Estudo da Sua Vida e Obra*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1941, doc. n.º 55.

<sup>3</sup> Cf. *op. cit.*, doc. n.º 31.

<sup>4</sup> No seu testamento menciona-se a existência de um laboratório de química, que destina, juntamente com a biblioteca, ao filho mais novo, Manuel Inácio (cf. *op. cit.*, doc. n.º 93).

manece mais detidamente, que vem a concluir a licenciatura iniciada em Coimbra, obtendo o duplo diploma em Direito Civil e em Direito Canónico.

Regressado a Portugal, leva uma vida sumptuosa, em que os bens do pai vão sendo progressivamente delapidados. E, por este motivo, inicia o processo em que mais duradouramente haveria daí para diante de consumir os seus dias: uma pendência contra a irmã, Teresa Margarida, disputando o seu direito à herança. Esta, aliás também uma celebrada escritora (a sua novela de insinuação feminista *Aventuras de Diófanos*, publicada pela primeira vez em 1752, conheceria diversas reedições ao longo do século XVIII)<sup>5</sup>, havia abandonado o convento e casado contra a vontade do pai, logrando, no entanto, através de sucessivos afastamentos e reconciliações com a família, resistir com êxito às várias tentativas de ver os seus direitos esbulhados.

Em 1743, morre José Ramos da Silva, tendo adquirido o direito a usar brasão de família. Herdeiro do vínculo, Matias Aires vem a suceder-lhe também no cargo de provedor da Casa da Moeda. Tenta então uma nova pendência contra a irmã, uma vez mais sem sucesso.

Os anos seguintes são dedicados à respeitável tarefa de procurar esposa. Em 1746, solicita a um amigo que lhe arranje mulher francesa, de preferência educada num convento, porque «para viver em Portugal é preciso não saber que cousa é a França»<sup>6</sup>; e em 1751 casa-se por procuração com uma senhora nobre, D. Genoveva de Noronha, matrimónio que vem a ser dissolvido, por não consumado. Entretanto, Matias Aires mantinha de há anos uma ligação de que haviam nascido já dois filhos<sup>7</sup>, o que denuncia claramente o interesse subjacente àquelas duas tentativas, a saber, o propósito de limpar o nome de família do plebéismo das suas origens através do cruzamento com uma linhagem ilustre.

É na década de 50 que praticamente redige toda a sua obra. Em 1752, publica as *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens* ou *Dis-*

---

<sup>5</sup> Acerca desta autora, que adoptou o nome literário de *Doroteia Engrácia Taveda Dalmira* (anagrama de Teresa Margarida da Silva e Orta, variante enobrecida do apelido de família), cf. A. J. Saraiva-O. Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, Porto, Porto Editora, 1996<sup>17</sup>, pp. 465-466 e 470.

<sup>6</sup> Cf. Ernesto Ennes, *Um Paulista Insigne*, p. 49.

<sup>7</sup> De Helena Josefa da Silva, com quem vivia pelo menos desde o início dos anos 40 e que o acompanhará até à morte, em 1756, vindo a ser sepultada no jazigo de família.

curso Morais sobre os Efeitos da Vaidade, seu principal livro (reimpresso quatro vezes ao longo do século XVIII), a que se seguem as *Lettres Bohémiennes*, o *Discours panégyrique sur la vie et les actions* de Joseph Ramos da Silva, a *Philosophia rationalis* e o Problema de Architectura Civil, único texto, dentro deste último grupo, que subsistiu até aos nossos dias<sup>8</sup>.

Todavia, este período de grande produtividade corresponde também a uma fase de maior recolhimento, sem dúvida induzido pelas crescentes dificuldades económicas mais do que por um genuíno desgosto com a vida em sociedade, e ao progressivo adensamento de uma misantropia e de um cepticismo que se revelam inclusive na relação com a obra. A ambos se deve desde logo a opção por abandonar a língua materna na redacção dos seus escritos, anunciada no prólogo das Reflexões<sup>9</sup> e de facto levada a efeito nas edições subsequentes<sup>10</sup>, mas principalmente a profunda descrença relativamente ao mérito intrínseco das suas composições (caracterizadas como meros esboços inconclusos)<sup>11</sup> e o profundo desencanto quanto à sua capacidade para através delas decisivamente influenciar e agir sobre a realidade<sup>12</sup>.

---

<sup>8</sup> Tudo o que conhecemos acerca das obras perdidas é a referência de Diogo Barbosa Machado na adenda de 1759 à sua *Biblioteca Lusitana* e na qual menciona, ao lado de *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens* com correcta indicação da editora e da data (da 1.ª edição), a *Philosophia rationalis* em manuscrito, o *Discours panégyrique* sem menção de editora nem data e as *Lettres Bohémiennes* como estando «a imprimir-se em Amsterdão» (cf. *Biblioteca Lusitana*, IV, Lisboa, 1935<sup>2</sup>, p. 229, s. v. «Matias Aires Ramos da Silva e Eça»). Existe também uma carta de 1763 dirigida ao segundo filho, Manuel Inácio, que vem reproduzida na obra de Ernesto Ennes, e atribui-se-lhe ainda uma *Carta Congratulatória a D. José I*, redigida na condição de provedor da Casa da Moeda.

<sup>9</sup> Pois, justifica ele, «não sei que fatalidades me têm feito olhar com susto e desagrado para tudo quanto nasceu comigo» (pp. 38-39 da presente edição).

<sup>10</sup> Com excepção do *Problema de Architectura Civil*, que não foi publicado em vida.

<sup>11</sup> «Eu só debuxo e não sei pintar o que eu mesmo debuxei» (p. 198 da presente edição).

<sup>12</sup> É o que confessa na *Carta sobre a Fortuna*: «E assim nada espero da fortuna, nem a fortuna de mim pode esperar nada; porque o meu talento foi discursivo sempre, operativo nunca, e a fortuna quer obras e não palavras. [...] Alguns há que o que discorrem, obram: eu só debuxo e não sei pintar o que eu mesmo debuxei; sei delinear, executar não, e sempre na execução me perco, semelhante

Entretanto, em 1761, desinteligências com o marquês de Pombal conduzem ao seu afastamento do cargo de provedor<sup>13</sup>, o que se vem reflectir sobre a sua já premente situação económica. É neste contexto que escreve a um amigo a muito pessimista Carta sobre a Fortuna, desde 1778 habitualmente incluída nas edições portuguesas das Reflexões<sup>14</sup>.

Em 1763, morre de uma crise de apoplexia, deixando dois filhos ilegítimos, José e Manuel Inácio<sup>15</sup>. No testamento, redigido no início desse ano, impede aos sucessores no morgadio qualquer reconciliação com Teresa Margarida e proíbe, sob pena de exclusão, o casamento com filhos, netos ou bisnetos de «oficiais mecânicos», proibição extensível aos «mercadores e tendeiros de qualquer mercadoria» (condição de que o pai precisamente provinha), impondo, pelo contrário, o matrimónio com pessoas «conhecidamente nobres»<sup>16</sup>.

---

ao Náutico imperito que, sabendo a carta e sabendo os rumos, em largando as velas logo se perde. De que serve pois a arte que só na imaginação se mostra e fora dela se desvanece? Muitos sabem idear, praticar poucos.» (Pp. 198-199 da presente edição.) E novamente mais à frente: «Tudo sei para dizer, mas para fazer só sei que não sei nada. As minhas artes são todas em pensamento e por isso são justamente desgraçadas, porque a fortuna não pode fazer milagres; e que pode fazer de uma matéria que não se move e que, sendo inteligente, é sem acção, inútil inteligência e semelhante à árvore frondosa que, produzindo flores, não sabe produzir frutos?» (P. 199 da presente edição.) Note-se contudo que esta auto-crítica, excessiva e porventura simulada como tudo o mais em Matias Aires, alcança um interessante contrapólo numa observação das Reflexões: «Queremos produzir muito e meditar pouco, por isso erramos; mas depois que o erro se naturaliza em nós, já o não vemos senão com a figura de razão.» (N.º 121.)

<sup>13</sup> Porventura devido a um conflito quanto à nomeação de novos moedeiros, mas sem dúvida também pela sua proximidade a dois adversários políticos do marquês, Alexandre de Gusmão, secretário de D. João V, e Diogo de Mendonça Corte Real, antigo secretário de Estado de D. José.

<sup>14</sup> Para além destas existem seis edições brasileiras, todas do século xx, compensando o esquecimento a que no nosso país esta obra foi praticamente votada até à sua reabilitação por Jacinto do Prado Coelho.

<sup>15</sup> Este último, filho preferido para quem abriu um segundo vínculo, virá a ser, em 1770, o editor póstumo do *Problema de Architectura Civil*, zelando por todos os meios para perpetuar a sua memória.

<sup>16</sup> Cf. *Um Paulista Insigne*, doc. n.º 93.



O legado literário de Matias Aires que hoje podemos apreciar é relativamente escasso. À parte o Problema de Architectura Civil, de teor marcadamente técnico, só subsistiram, como vimos, dois opúsculos de dimensão e alcance muito diversos: a Carta sobre a Fortuna, texto de vincado carácter autobiográfico, e a obra sugestivamente intitulada Reflexões sobre a Vaidade dos Homens, em que verdadeiramente se consubstancia o seu contributo especulativo e a que por isso mesmo uma interpretação do seu pensamento deve primariamente ater-se<sup>17</sup>.

Apesar de constituir um contributo isolado, distinguem-na a singularidade da forma e a pujança do conteúdo.

De um ponto de vista literário, ela revela, com efeito, uma notável confluência de estilos, onde, a par do alto grau de depuração a que eleva a prosa barroca e do claro influxo doutrinário do espírito das Luzes, se destaca uma emergente sensibilidade romântica, insinuada na idealização da figura da mulher<sup>18</sup>, na radicalidade conferida ao impulso amoroso<sup>19</sup> e principalmente na frequente utilização daquilo a que poderíamos chamar as «metáforas do sublime»<sup>20</sup>.

Particularmente característica é, entretanto, a adopção de uma escrita de recorte ensaístico que, embora correspondendo aos limites por ele próprio reconhecidos para a sua intervenção («eu só debuxo e não sei pintar o que eu mesmo debuxei»), reflecte inegavelmente a necessidade de contornar os condicionamentos impostos pela censura através de uma tranquilizadora depreciação do seu verdadeiro alcance, bem como, decerto ainda por antecipação desses condicionamentos, a prática de uma cultura de dissimulação, expressa num discurso frequentemente dúplice e oblíquo, a que aliás a subtileza barroca naturalmente se ajeita, e na su-

---

<sup>17</sup> De ora em diante, a simples menção dos números indica sempre esta obra.

<sup>18</sup> Veja-se especialmente os n.ºs 114-119, consagrados à condenação da clausura forçada.

<sup>19</sup> Cf. n.ºs 89-114.

<sup>20</sup> Nomeadamente aquelas que podem ser plausivelmente imputadas à sua própria experiência: a imensidade do oceano, o mar revolto, a tempestade, os abismos, o naufrágio, a noite escura (cf. em especial n.ºs 77, 80, 119, 123 e 132).